

Reescalonar as férias escolares

JOÃO DÓRIA JR.



Para muitos brasileiros, férias significam problemas. Normalmente, nos meses de julho, janeiro e fevereiro, milhares de pessoas procuram usufruir suas férias. Nem todos conseguem. Alguns, por absoluta falta de dinheiro, outros por falta de passagens, hotéis e oportunidades.

O legítimo desejo de pais de gozarem suas férias em companhia dos filhos, nos tradicionais meses de descanso, provoca, ano após ano, um superaquecimento de consumo de serviços turísticos e de sistemas públicos de apoio, como estradas, segurança, telefonia, alimentação, abastecimento de água e transportes. A consequência: durante os meses de janeiro, fevereiro e julho todos os serviços turísticos trabalham próximos ao ponto de saturação, fazendo com que a reserva de assentos em ônibus ou a obtenção de apartamento em hotel se torne, na maioria das vezes, um martírio.

Quem pode gozar as férias nesses meses, aplicando suas economias no lazer, tem dificuldades de utilizar os serviços ou as destinações turísticas que almeja. Frequentemente o viajante é obrigado a reformular seu plano de viagem e, ainda, pagar preços além do previsto em seu orçamento. As empresas turísticas, por sua vez, tentando administrar o excesso de demanda, abrem mão da qualidade do atendimento ao turista. A degradação do serviço turístico leva à perda de eficiência e de receita para o empresariado.

Os serviços urbanos, planejados em função do número médio de habitantes de um município turístico, tornam-se insuficientes na alta temporada, quando a população flutuante aumenta brutalmente. Toda temporada é a mesma história: assaltos e excesso de acidentes, porque o policiamento é insuficiente; falta de gêneros alimentícios e de limpeza; a água fica escassa e a energia elétrica, sobrecarregada. Vale lembrar o dramático índice de mortes nas estradas, em virtude da superaglomeração de veículos em rodovias cheias de problemas.

A concentração populacional desmesurada em cidades turísticas, ainda que em apenas três meses do ano, acirra a especulação imobiliária das áreas verdes, o aumento de ruídos e lixo, completando o quadro e o comprometimento ecológico de muitas localidades.

Além do turismo, outros segmentos da economia se ressentem da sazonalidade atual do esquema de férias. Em núcleos industriais como São Paulo, por exemplo, a queda de produtividade nos períodos de férias é uma desagradável certeza. Estudo realizado pela Universidade de Aix-en Provence, na França, voltado para o comportamento dos gastos públicos realizados pelo governo francês, constatou que nos meses de julho e agosto — alto verão e temporada de férias naquele país — as despesas governamentais sofriam uma elevação de cerca de 10% e o Produto Interno Bruto (PIB) uma redução de aproximadamente 18%. Tais oscilações são decorrentes, no caso do aumento das despesas do governo, da necessidade de despender maiores recursos com a fiscalização das rodovias e com o atendimento hospitalar, enquanto a queda do PIB está diretamente ligada à diminuição da produção de bens e serviços. Para reduzir esse problema, a França dividiu o país em duas regiões diferenciadas nas férias escolares de outono e inverno.

Não é de **Sazonalidade** surpreender que os governos europeus, cujos países apresentam condições análogas às da França, tenham implantado períodos de férias diferenciados por região, buscando minorar os efeitos da alta estação turística. É prova de desenvolvimento e de bom senso dos governantes e seus governados.

Na Inglaterra, as férias escolares, ainda que tenham seu período mais longo no verão, sofrem desdobramentos que chegam até seis etapas por ano, permitindo uma distribuição mais equilibrada da procura por viagens ao longo dos meses. Em consequência, há menos problemas para a economia e a sociedade civil. Outro exemplo expressivo é o da Alemanha Ocidental. Lá, alunos de cada um dos 11 Estados que compõem a República alemã iniciam seus períodos de férias em datas distintas, com variação de até um mês.

Caberia refletir sobre esses exemplos e a respeito dos benefícios que proporcionaria o reescalonamento das férias escolares em períodos menores — de 15 a 30 dias no inverno e 30 a 45 dias no verão —, com o restante distribuído em mini-férias de dez dias a cada trimestre. As características sócio-econômicas e geográficas diferenciadas do nosso País recomendam a adoção do

escalonamento de férias, a partir de Estados como São Paulo, Rio e Minas, que são os principais centros emissores de turismo interno.

Estudos realizados por pedagogos europeus indicam que crianças e adolescentes submetidos a períodos de férias mais curtas e distribuídas em quatro períodos por ano se revelam mais interessados e com melhor retenção do ensino do que os alunos que tiram longos períodos de férias, acima de 30/40 dias. No Brasil, há a agravante de que as férias de verão servem para milhares de estudantes abandonarem as escolas, ou porque são obrigados a faltar às aulas durante os períodos de plantio e colheita no campo, ou por aproveitarem as férias de janeiro e fevereiro para conseguirem um trabalho temporário. Em nome da subsistência, acabam não voltando à escola após o carnaval. Há, assim, portanto, um fator pedagógico positivo a respaldar a proposta de férias escalonadas.

Cada Estado brasileiro escolheria seus períodos de férias, procurando estabelecê-las de acordo com as condições climáticas, períodos mais convenientes para a agricultura e a pecuária — naqueles onde tais atividades forem majoritárias —, hábitos e características regionais. Os períodos de vacância coincidiriam apenas nos feriados nacionais, além do Natal, Ano Novo, Páscoa e Finados. Obviamente, dentro dos limites de cada Estado, escolas públicas e privadas teriam férias simultâneas, para não haver prejuízos para os professores nem para os alunos e suas famílias.

A implantação da medida passa por amplo programa de sensibilização de educadores, pais, dirigentes de órgãos públicos e privados de ensino, para os benefícios que dela advirão. Implicará, também, um esforço de superar tradições e vencer rotinas que se perpetuam, nem sempre de forma justificada. Aos que trabalham em benefício do desenvolvimento do turismo, o empenho no escalonamento das férias escolares compensará o esforço despendido, pois pode garantir uma demanda turística mais bem distribuída ao longo de todos os meses do ano.

Com tantos argumentos favoráveis, fica claro que está na hora de o Brasil seguir o bom exemplo dos países civilizados e reescalonar suas férias.

□ João Dória Jr., jornalista e publicitário, é diretor da DLS Comunicação e da Business Travel Turismo e foi presidente da Embratur.

ESTADO DE SÃO PAULO

1 - MAR 1990